



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIV — N.º 171

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 31 DE OUTUBRO DE 1959

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 4 de novembro próximo, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 3.182, de 1957, na Câmara dos Deputados, e n.º 176, de 1958, no Senado Federal) que modifica a letra a do parágrafo único do art. 87 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, que dispõe sobre as sociedades por ações.

Senado Federal, em 14 de outubro de 1959

Senador Filinto Müller

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 10 de novembro próximo, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 35,

de 1949, na Câmara dos Deputados, e n.º 64, de 1957, no Senado Federal, que estabelece normas para colonização de terras no mangão das Secas. Senado Federal, em 19 de outubro de 1959

Filinto Müller

Vice-Presidente no exercício da Presidência

26.ª Sessão conjunta

1.ª Sessão Legislativa Ordinária

Da 4.ª Legislatura

Em 4 de novembro de 1959, às 21.00 horas
no Palácio da Câmara dos Deputados

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei n.º 3.182, de 1957, na Câmara dos Deputados e 176, de 1958, no Senado Federal, que modifica a letra "a" do parágrafo único do artigo 87 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, que dispõe sobre as sociedades por ações; tendo Relatório sob n.º 24, de 1959, da Comissão Mista designada de acordo com o artigo 46 do Regimento Comum.

MESA

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República)
Vice-Presidente — Senador Filinto Müller
1.º Secretário — Senador Cunha Mello
2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti
3.º Secretário — Senador Gilberto Marinho
4.º Secretário — Senador Novaes Filho
1.º Suplente — Senador Mathias Olympio
2.º Suplente — Senador Heribaldo Vieira

Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente,
Cunha Mello,
Freitas Cavalcanti,
Gilberto Marinho,
Novaes Filho
Mathias Olympio,
Heribaldo Vieira
Secretário — Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

DA MAIORIA

Líder — Lameira Bittencourt.
Vice-Líderes —
Victorino Freire.

SENADO FEDERAL

Jefferson de Aguiar.
Moura Andrade

DA MINORIA

Líder — João Villasboas
Vice-Líder — Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder — Lameira Bittencourt.
Vice-Líderes —
Victorino Freire.
Jefferson de Aguiar.
Moura Andrade.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder — Argemiro de Figueiredo
Vice-Líderes —
Vivaldo Lima.
Saulo Ramos.
Barros Carvalho

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL
Líder — João Villasboas
Vice-Líder — Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR
Líder — Otavio Mangabeira.
Vice-Líder — Novaes Filho

DO PARTIDO REPUBLICANO
Líder — Altino Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder — Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão de Finanças

Gaspar Velloso — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Francisco Gallotti.
Victorino Freire.
Moura Andrade.
Paulo Fernandes.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Barros de Carvalho
Daniel Krieger.
Fernandes Tavora.
Saulo Ramos.
Irineu Bornhausen.
Fernando Corrêa.
Dix-Huit Rosado.
Mem de Sá

SUPLENTE

PSD
1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Rui Carneiro.

4. Jarbas Maranhão.
5. Taciano de Melo.
6. Eugenio de Barros.

PTB

1. Leonidas Mello.
2. Caiaco de Castro.
3. Arlindo Rodrigues.
4. Zacarias de Assunção.
5. Guido Mondim.

UDN

1. Milton Campos.
2. Padre Calazans.
3. Rui Palmeira
4. Coimbra Bueno.
5. João Arruda.

PL

1. Otavio Mangabeira.
Secretário — Renato de Almeida Chermont.
Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

ORÇAMENTO PARA 1960

Divisão por anexos e subanexos com os respectivos Relatores

Anexo nº

1 — Receita — Sen. Gaspar Velloso.
2 — Poder Legislativo — Sen. Milton Campos.
01 — Câmara.
02 — Senado.
3 — Outras Anexas.

- 01 — Tribunal de Contas — Sen. Fernandes Fávora.
 02 — Conselho Nacional de Economia — Sen. Fernandes Fávora.
 4 — Poder Executivo.
 01 01 — Presidência da República — Sen. Fernando Corrêa.
 02 — Departamento Administrativo do Serviço Público — Sen. Fernando Corrêa.
 03 — Estado Maior das Forças Armadas — Sen. Fernando Corrêa.
 04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas — Sen. Fernando Corrêa.
 05 — Comissão de Reparações de Guerra — Sen. Fernando Corrêa.
 06 — Comissão do Vale do São Francisco — Sen. Dix-Huit Rosado.
 07 — Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica — Sen. Fernando Corrêa.
 08 — Conselho Nacional do Petróleo — Sen. Fernando Corrêa.
 09 — Conselho de Segurança Nacional — Sen. Fernando Corrêa.
 10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Sen. Dix-Huit Rosado.
 11 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira do Nordeste do País — Sen. Daniel Krieger.
 4 — 12 — Ministério da Aeronáutica — Sen. Barros de Carvalho.
 13 — Ministério da Agricultura — Sen. Paulo Fernandes.
 14 — Ministério da Educação e Cultura — Sen. Daniel Krieger.
 15 — Ministério da Fazenda — Sen. Moura Andrade.
 16 — Ministério da Guerra — Sen. Caiado de Castro.
 17 — Ministério da Justiça — Sen. Victorino Freire.
 18 — Ministério da Marinha — Sen. Saulo Ramos.
 19 — Ministério das Relações Exteriores — Sen. Mem de Sá.
 20 — Ministério da Saúde — Sen. Fausto Cabral.
 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Sen. Lima Guimarães.
 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas — Sen. Francisco Gallotti.
 5 — Poder Judiciário — Sen. Ary Vianna.
 01 — Supremo Tribunal Federal.
 02 — Tribunal Federal de Recursos.
 03 — Justiça Militar.
 04 — Justiça Eleitoral.
 05 — Justiça do Trabalho.
 06 — Justiça do Distrito Federal.

Comissão de Constituição e Justiça

- Lourival Fontes — Presidente.
 Daniel Krieger — Vice-Presidente.
 Menezes Pimentel.
 Benedito Valadares.
 Jefferson de Aguiar.
 Rui Carneiro.
 Lima Guimarães.
 Argemiro de Figueiredo.
 Rui Palmeira.
 Milton Campos.
 Atílio Vivacqua.

Suplentes

- PSD:
 1. Gaspar Velloso.
 2. Jarbas Maranhão.
 3. Francisco Gallotti.
 4. Ary Vianna.

PTB

1. Mourão Vieira.
 2. Barros Carvalho.
 3. Caiado de Castro.

UDN

1. Afonso Arinos.
 2. João Arinos.
 3. João Villasboas.
 don. Ribeiro-Saravá, Oficial Legislativo.
 Secretária — Maria do Carmo Ronlato.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 11 horas e 30 minutos.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 29,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 70,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Economia

- Ary Vianna — Presidente.
 Fernandes Fávora — Vice-Presidente.
 Lino de Mattos. (*)
 Lima Teixeira.
 Aio Guimarães.
 Jaciano de Mello.
 Leonidas de Mello.
 Guido Mondim.
 Joaquim Parente.

Suplentes

- PSD:
 1. Eugênio Barros.
 2. Jefferson de Aguiar.
 3. Moura Andrade.

PTB

1. Argemiro de Figueiredo.
 2. Fausto Cabral.
 3. Souza Naves.

PTB

1. Lourival Fontes.

UDN

1. Reginaldo Fernandes.
 2. Fernando Corrêa.
 Secretária — Romilda Duarte, Oficial Legislativo, classe N.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Legislação Social

- Lima Teixeira — Presidente.
 Rui Carneiro — Vice-Presidente.
 Caiado de Castro.
 João Arruda.
 Jefferson de Aguiar.
 Menezes Pimentel.
 Souza Naves.
 Lino de Mattos.
 Irineu Burnhausen.

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Leigéo Marinho.

Suplentes

- PSD:
 1. Ary Vianna.
 Francisco Gallotti.
 3. Sebastião Archer.
 PTB:
 1. Lourival Fontes.
 2. Vivaldo Lima.
 3. Miguel Couto.
 UDN:
 1. Dix-Huit Rosado.
 2. Padre Calazans.

Secretária — Eulália C. de Sá.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 15,30 horas.
 Fernando Corrêa.
 Pedro Ludovico.
 Zacharias de Assumpção.

Comissão de Redação

1. Mourão Vieira — Presidente.
 2. Sebastião Archer — Vice-Presidente.
 3. Afonso Arinos.
 Ary Vianna.
 5. Padre Calazans.

SUPLENTE

- PSD:
 1. Menezes Pimentel.
 2. Rui Carneiro.
 UDN:
 1. Daniel Krieger.
 Joaquim Parente.
 PTB:

1. Lourival Fontes.
 Secretária — Cecília de Rezende Martins.
 Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

- Afonso Arinos — Presidente.
 Benedito Valadares — Vice-Presidente.

- Gaspar Velloso.
 Moura Andrade.
 Lourival Fontes.
 Miguel Couto.
 Vivaldo Lima.
 Rui Palmeira.
 Mem de Sá.

Suplentes

PSD

1. Menezes Pimentel.
 2. Jefferson de Aguiar.
 3. Paulo Fernandes.

PTB

1. Lima Guimarães.
 2. Argemiro de Figueiredo.
 3. Mourão Vieira.

UDN

1. Milton Campos.
 2. João Villasboas.

PL

Otávio Mangabeira.
 Secretário — João Batista Castejon Branco, Oficial Legislativo.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 16,30 horas.

Suplentes

PSD

1. Moura Andrade.
 2. Sebastião Archer.

PTB

1. Lima Teixeira.
 2. Leonidas Melo.

UDN

1. Afonso Arinos.
 2. Milton Campos.

PL

Otávio Mangabeira.
 Secretária — Diva Gallotti, Oficial Legislativo.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

- Jefferson de Aguiar — Presidente.
 Caiado de Castro — Vice-Presidente.
 Jarbas Maranhão.
 Jorge Maynard.

Suplentes

PSD

1. Francisco Gallotti.
 2. Rui Carneiro.
 3. Jaciano de Mello.

PTB

1. Saulo Ramos.
 2. Lima Teixeira.
 Secretária — Maria Cherubina Costa.
 Oficial Legislativo.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

UDN

Silva Prado — UDN.

Comissão de Serviço Público Civil

- Daniel Krieger — Presidente.
 Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
 Ary Vianna.
 Caiado de Castro.
 Arundo Rodrigues.
 Joaquim Parente.
 Mem de Sá.

Suplentes

PSD

1. Rui Carneiro.
 2. Moura Andrade.

PTB

1. Leonidas Melo.
 2. Zacarias de Assunção.

UDN

1. Coimbra Bueno.
 2. Padre Calazans.

PL

Otávio Mangabeira.
 Secretária — Lia da Cunha Fortunato, Oficial Legislativo.
 Reuniões — Sextas-feiras, às 11 horas.

Comissão de Educação e Cultura

- Mourão Vieira — Presidente.
 Padre Calazans — Vice-Presidente.
 Jarbas Maranhão.

Paulo Fernandes
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá.

UDN:
1. Fernandes Távora
Secretaria — Of. Leg. Alva Lirio
Rodrigues
Reuniões — Quintas-feiras, as 16
horas

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alô Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico.
Miguel Couto
Fernando Corrêa da Costa.

ATAS DAS COMISSÕES Comissão de Economia

(17ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1959)

As 16 horas do dia 15 de outubro de 1959, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Ary Vianna, presentes os Srs. Taciano de Mello, Guido Mondim, Fernandes Távora, Leonidas de Mello e Lima Teixeira, Reunem-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Alô Guimarães, Joaquim Parente e Lino de Mattos.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior; o Sr. Presidente anuncia a seguinte distribuição:

— ao Sr. Lima Teixeira o Projeto de Decreto Legislativo, nº 14, de 1959, que aprova o Acordo Internacional do Açúcar, assinado pelo Brasil, em Londres, a 15 de dezembro de 1958, e em 9 de outubro de 1959.

o Projeto de Lei da Câmara, nº 73, de 1959, que concede isenção de direitos para importação de peças e materiais destinados à fabricação, no país, de Centrais Telefônicas automáticas para serviços públicos;

— ao Sr. Taciano de Mello, em 1º de outubro de 1959, o Projeto de Lei da Câmara, nº 57, de 1959 que concede isenção de direitos e imposto de importação e de consumo, para os equipamentos, suas peças e sobressalentes, destinados à instalação ou ampliação de indústrias complementares de construção naval.

— ao Sr. Guido Mondim o Projeto de Lei da Câmara, nº 74, de 1959, em 9 de outubro de 1959, que dispõe sobre a correção do valor original dos bens do ativo das empresas de energia elétrica, e dá outras providências.

Continuando, Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Taciano de Mello que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara, nº 57, de 1959, que concede isenção de direitos e imposto de importação e de consumo para os equipamentos, suas peças e sobressalentes destinados à instalação ou ampliação de indústrias complementares de construção naval.

O seu parecer é unanimemente aprovado pelos seus pares.

A seguir o Sr. Lima Teixeira relata favoravelmente o Projeto de Decreto Legislativo, nº 14, de 1959, que aprova o Acordo Internacional do Açúcar, assinado pelo Brasil em Londres, a 15 de dezembro de 1958.

Em votação a matéria, é o parecer do relator aprovado pela Comissão.

O Sr. Presidente passando a palavra ao Sr. Guido Mondim, relator da Mensagem nº 174, de 1949, PR nº 420-59, do Sr. Presidente da República, em que submete à aprovação do Senado Federal, a escolha do Sr. José Garrido Tórres para membro do Conselho Nacional de Economia, transforma, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno, em secreta a reunião, designando o Sr. Taciano de Mello para secretário os trabalhos.

As 17 horas reabre-se a sessão e como não houvesse mais nada a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Romilda Duarte, Secretária, a Ata que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 153ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 30 DE OUTUBRO DE 1959.

PRESIDENCIA DO SR.
CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira, Cunha Mello, Lamei Bittencourt, Vacharias de Assumpção, Lobão da Silveira, Victorino Freire, Público Mello, Leonidas Mello, Mothias Olympio, Victorino Corrêa, Fausto Cabral, Fernandes Távora, Menezes Pinheiro, Sérgio Muniz, Reginaldo Fernandes, Dix-Huit Rosado, Argenir de Figueiredo, Ruy Carneiro, Jarbas Maranhão, Freitas Cavalcanti, Ruy Palmeira, Silvestre Perciles, Lourival Fontes, Heriberto Vieira, Ovidio Teixeira, Lima Teixeira, Otávio Mangabeira, Atílio Vivacqua, Ary Vianna, Jefferson de Aguiar, Paulo Fernandes, Arlindo Rodrigues, Miguel Couto, Celso de Castro, Gilberto Marinho, Afonso Arinos, Benedito Valadares, Lima Guimarães, Milton Campos, Moura Andrade, Lino de Mattos, Coimbra Bueno, Taciano Vilasboas, Filinto Müller, Fernando Corrêa, Alô Guimarães, Gaspar Viloso Souza Naves, Francisco Gallotti, Sarto Ramos, Daniel Krieger, Mem de Sá, Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. — procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. — lê o seguinte:

Expediente

AVISO

Do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, nos seguintes termos:
Aviso nº 404-GM.

Em 27 de outubro de 1959.
Senhor Primeiro Secretário.

Pelo Aviso n. 54-CM, de 19 de fevereiro último, meu antecessor teve ocasião de remeter a V. Exa. para atendimento parcial ao Requerimento nº 184-58, do eminente Senador Lino de Mattos, as informações pedidas, referentes aos seguintes órgãos deste Ministério:

Comissão Executiva do Plano Postal, Telegráfico.

Departamento Nacional de Iluminação e Gás.

Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Conselho Rodoviário Nacional.

Comissão do Plano Geral de Viação Nacional.

Conselho Nacional de Mineração e Metalurgia.

Comissão Técnica de Rádio.

Réde Ferroviária Federal S.A.

Departamento dos Correios e Telégrafos.

Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Comissão de Marinha Mercante.

Lloyd Brasileiro.

Companhia Nacional de Navegação.

Oostetra e

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (parte).

2. Com o presente estou remetendo a V. Exa., as informações referentes ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e mais uma parte, relativa ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ficando restando, para remessa posterior, apenas os dados concernentes aos Distritos Rodoviários — distritos sediados nos Estados do Pará e Mato Grosso, que pela distância em que se situam, desta Capital, carecem de tempo maior que os demais.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — Ernani do Amaral Pezoto.

Proc. nº 11.329-50 MVOP

Of. nº 881. — Em 8 de maio de 1959.

Do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

Ao Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.
Assunto — Requerimento de Informação nº 184-58, do Senado Federal.
Senhor Chefe do Gabinete

Em resposta ao ofício nº 2.380, de 16 de junho do ano passado, relativamente ao Requerimento nº 184, de 1953, apresentado pelo Senhor Senador Lino de Mattos, inda quando quinetas pessoas foram nomeadas, a

qualquer título, nos últimos noventa dias anteriores à publicação do Decreto nº 43.716, de 19 de maio de 1958, e comunico-vos que, neste Departamento, foram feitas as seguintes nomeações:

1) Antônio Onofre de Oliveira, como Dragista da Comissão de Estudos e Obras do Baixo Parnaíba, com a diária de Cr\$ 100,00, e admitido pela Portaria nº 32-OB, de 17 de maio de 1958;

2) Lindomar Targino Cardoso, como Operário de 1ª classe, da mesma Comissão, com a diária de Cr\$ 85,00, e admitido pela Portaria 33-Ob, da mesma data;

3) Roseno Jorge da Costa, como Operário de Obras, da mesma Comissão, com a diária de Cr\$ 120,00, e admitido pela Portaria 34-Ob, da mesma data, sendo todas essas admissões feitas de acordo com a autorização constante da Exposição de Motivos nº 256, de 19 de fevereiro de 1958, do D. A. S. P.;

4) Geraldo Barreto Sobral, nomeado Escriturário classe "B", com o vencimento de Cr\$ 6.500, por Decreto de 27 de fevereiro de 1958.

Silvo-me do ensino para os apresentar os protestos de minha elevada estima e consideração. — Alberto Canedo de Magalhães, Diretor-Geral.

17º DISTRITO RODOVIÁRIO FEDERAL

Nome — Sexo — Cargo ou Função	Salário	Data de Admissão
Venceslau Conceição — Masculino — Trabalhador	3.000,00	1- 2-58
Lauro Catarina — Masculino — Trabalhador	3.000,00	1- 2-58
Manoel dos Santos — Masculino — Trabalhador	3.000,00	1- 2-58
Wanderley Motta — Masculino — Pintor	6.500,00	22- 2-58
Lauro Floriano dos Santos — Masculino — Desenhista	4.600,00	24- 2-58
Pérciles Rocha de Sá — Masculino — Engenheiro	11.500,00	1- 3-58
Geofredo Gomes Motté — Masculino — Eletricista	6.500,00	6- 3-58
Orly Vieira do Nascimento — Masculino — Trabalhador	3.000,00	6- 3-58
Acendino dos Reis — Masculino — Ajudante (Topógrafo)	4.600,00	7- 3-58
Gercino Souza Rocha — Masculino — Operador de Máquinas	6.000,00	18- 3-58
Nelson Klein — Masculino — Operador de Máquinas	6.000,00	18- 3-58
Itamar Fernandes Vieira — Masculino — Operador de Máquinas	6.000,00	25- 3-58
Elias Alvarenga — Masculino — Operador de Máquinas	6.000,00	25- 3-58
José Rodrigues Manso — Masculino — Operador de Máquinas	6.000,00	26- 3-58
Donato Reynaldo Centoducatte — Masculino — Auxiliar Administrativo	5.500,00	1- 4-53
Natal Piumbini — Masculino — Auxiliar Administrativo	5.000,00	15- 4-53
Eliene de Souza Santos — Masculino — Ajudante (O. M.)	3.400,00	18- 4-58
Alpheu Feitosa Filho — Masculino — Ajudante (Topógrafo)	3.400,00	24- 4-58
Darcy Moreira — Masculino — Motorista	4.600,00	28- 4-58
Antônio Fernandes da Silva — Masculino — Motorista	4.600,00	1- 5-58
Nilo Teixeira Campos — Masculino — Engenheiro	11.500,00	2- 5-58
Edilberto Breziniski — Masculino — Ajudante (Desenhista)	3.400,00	2- 5-58
Antônio Rodrigues — Masculino — Trabalhador	3.000,00	2- 5-58
Shirley Fernandes D'Avila — Masculino — Topógrafo	3.000,00	2- 5-58
Izidro Siqueira Netto — Masculino — Trabalhador	3.000,00	2- 5-58
Jacy Vieira Machado — Masculino — Escrevente	3.400,00	2- 5-58
Aylton Garcia de Souza — Masculino — Trabalhador	3.000,00	5- 5-58

Nome — Sexo — Cargo ou função	Salário	Data de Admissão	Nome — Sexo — Cargo ou função	Salário	Data de Admissão
Elpidio Pereira da Silva — Masculino — Trabalhador	3.000,00	5-5-58	Olavo Ribeiro Viana Filho — Masc. — Engenheiro	11.500,00	18-4-58
Waldemar Hulle — Masculino — Escrevente	3.400,00	8-5-58	Avelino Cardoso da Trindade — Masculino — Motorista	2.500,00	1-3-58
Júlio Siqueira — Masculino — Motorista	4.600,00	9-5-58	Luiz Gonzaga Barroso — Masculino — Escrevente	4.200,00	1-3-58
Heida Parari Vieira — Feminino — Auxiliar Administrativo	4.600,00	10-5-58	Ademar Martins Bezerra — Masculino — Trabalhador	2.100,00	3-3-58
Felippe Nery da Conceição — Masculino — Motorista	4.600,00	12-5-58	Anísio Ferreira da Silva — Masculino — Trabalhador	2.100,00	3-3-58
Romeu da Costa Lima — Masculino — Topógrafo	3.000,00	15-5-58	Tiago José Gonçalves — Masculino — Trabalhador	2.100,00	14-3-58
10º DISTRITO RODOVIÁRIO FEDERAL					
Nome — Sexo — Cargo ou Função	Salário	Data de Admissão	Nome — Sexo — Cargo ou função	Salário	Data de Admissão
Eloy Pedro Fochesato — Masculino — Motorista	3.800,00	19-2-58	Vicente Pereira da Silva — Masculino — Motorista	2.500,00	24-3-58
Luiz Aury dos Santos — Masculino — Ajudante	3.800,00	24-2-58	Gerson Guilherme de Souza — Masculino — Trabalhador	2.100,00	1-4-58
Sérgio Uziel Domingues — Masculino — Engenheiro	11.500,00	7-5-58	Hugo Rodrigues Lima — Masculino — Topógrafo	8.000,00	1-4-58
9º DISTRITO RODOVIÁRIO FEDERAL					
Nome — Sexo — Cargo ou Função	Salário	Data de Admissão	Nome — Sexo — Cargo ou função	Salário	Data de Admissão
Rudy Mário Lehmann — Masculino — Escrevente	4.200,00	25-2-58	Manoel M. R. de Azevedo — Masculino — Engenheiro	11.500,00	1-4-58
Antônio Clydon Siqueira — Masculino — Escrevente	4.200,00	25-2-58	João Alves Porto — Masculino — Trabalhador	2.100,00	11-4-58
Duarte Teixeira do Nascimento — Masculino — Trabalhador	2.500,00	25-2-58	Lídio Matias Leite — Masculino — Trabalhador	2.100,00	11-4-58
Ludovico Niespoginski — Masculino — Jardineiro	2.300,00	25-2-58	Aluizio Juvino do Nascimento — Masculino — Trabalhador	2.100,00	11-4-58
Anno Wolter — Masculino — Engenheiro	11.500,00	12-3-58	Artur Juvino do Nascimento — Masculino — Trabalhador	2.100,00	11-4-58
Adario Cutunduva — Masculino — Motorista	5.000,00	19-3-58	Artur Victor dos Santos — Masculino — Trabalhador	2.100,00	11-4-58
Nestor Antônio da Silva — Masculino — Operador de Máquinas	6.000,00	25-3-58	Paulo Celestino de Almeida — Masc. — Trabalhador	2.100,00	11-4-58
João Cela Militão — Masculino — Desenhista	6.500,00	27-3-58	João Herculino Sobrinho — Masc. — Trabalhador	2.100,00	11-4-58
Maria do Carmo de Aquino Neves — Feminino — Escrevente	2.700,00	1-4-58	Maria de Lourdes M. Agra — Fem. — Cozinheira	2.100,00	11-4-58
José Conrado de Souza Neto — Masculino — Motorista	3.800,00	3-4-58	Antônio Quaresma de Souza — Masc. — Trabalhador	2.100,00	13-4-58
Elandro Pereira — Masculino — Trabalhador	2.500,00	14-4-58	Jose Francisco da Silva — Masculino — Trabalhador	2.100,00	14-4-58
Eloi Agapito Pereira — Masculino — Trabalhador	2.500,00	17-4-58	Eliezer Rodrigues de Barros — Masculino — Topógrafo	10.000,00	14-4-58
Leandro Alves Xavier — Masculino — Topógrafo	7.000,00	24-4-58	João Lucas Sobrinho — Masculino — Trabalhador	2.100,00	16-4-58
João Carlos Bachmann — Masculino — Topógrafo	8.000,00	7-5-58	Carlos José da Costa — Masculino — Trabalhador	2.100,00	16-4-58
Edison Ruggeri Metzger — Masculino — Desenhista	6.500,00	9-5-58	Diógenes Leopoldo Brasil — Masc. — Trabalhador	2.300,00	17-4-58
4º DISTRITO RODOVIÁRIO FEDERAL					
Nome — Sexo — Cargo ou função	Salário	Data de Admissão	Nome — Sexo — Cargo ou função	Salário	Data de Admissão
Francisco Pereira Lira — Masculino — Motorista	2.500,00	1-3-58	Severino Barbosa de Oliveira — Masc. — Trabalhador	2.300,00	17-4-58
Giovani Rodrigues Porto — Masculino — Escrevente	3.800,00	21-3-58	Higino Lola de Oliveira — Masc. — Trabalhador	2.300,00	17-4-58
Djalma Ferreira de Souza — Masc. — Topógrafo	4.600,00	21-3-58	Manoel Costa Porto — Masc. — Trabalhador	2.300,00	17-4-58
Everaldo de Azevedo Ponte — Masculino — Arquiteto	11.500,00	1-4-58	Valdecy de Sá Leal — Masculino — Motorista	2.500,00	18-4-58
Paulo de Albuquerque Junqueira — Masculino — Advogado	11.500,00	1-4-58	Francisco de Melo dos Santos — Masculino — Trabalhador	2.100,00	20-4-58
Hermano R. S. Vilarouco — Masc. — Desenhista	4.200,00	8-4-58	João Veríssimo Sobral — Masculino — Trabalhador	2.100,00	23-4-58
			Antônio Gomes de Lima — Masculino — Lanterneiro	4.600,00	24-4-58
			Manoel Vicente de Araújo — Masc. — Motorista	2.700,00	29-4-58
			José S. de Barros Branco — Masc. — Desenhista	4.600,00	1-5-58
			Almir A. de Viveira Reys — Masc. — Desenhista	4.600,00	1-5-58
			João Reis Pinheiro — Masculino — Tc. Campo	4.600,00	1-5-58
			João Batista Rocha — Masculino — Trabalhador	2.300,00	1-5-58
			José Pedro da Silva — Masculino — Operador Máquinas	4.600,00	1-5-58
			José Laurindo da Silva — Masculino — Trabalhador	2.300,00	1-5-58
			Eulides Antônio dos Anjos — Masc. — Motorista	2.500,00	2-5-58
			João Oliveira Gomes — Masculino — Ajudante	2.100,00	2-5-58
			Dézio Gonzaga — Masc. — Trabalhador	2.100,00	2-5-58
			Jaime Vicente de Amorim — Masc. — Trabalhador	2.100,00	2-5-58
			José Joaquim da Silva — Masc. — Motorista	2.700,00	6-5-58
			José Xavier de Andrade — Masc. — Motorista	2.700,00	7-5-58
			Severino Francisco da Silva — Masc. — Trabalhador	2.100,00	14-5-58
			Joaquim Antônio P. Silveira — Masc. — Laboratorista	4.200,00	16-5-58
			Cláudio Tenório — Masc. — Escrevente	3.800,00	16-5-58

Nome — Sexo — Cargo ou função	Salário	Data de Admissão
Pierre de Oliveira Carvalho — Masc. — Motorista	2.700,00	18-5-58
Divany Ibrahim de Souza — Fem — Escrevente	3.800,00	19-5-58
José Silvio Leal — Masc. — Escrevente	3.800,00	19-5-58
Inocêncio Rodrigues dos Santos — Masc. — Motorista	2.500,00	1-4-58
Bartolomeu Souza de Menezes — Masc. — Tec. Campo	4.600,00	1-4-58
Arnóbio Moraes da Silva — Masc. — Trabalhador	2.100,00	1-4-58
Sebastião Barbosa da Silva — Masc. — Pedreiro	2.500,00	15-4-58
Antônio Galdino Filho — Masc. — Trabalhador	2.100,00	19-5-58

Dê-se conhecimento ao Requerente.

Pareceres

Parecer n. 654, de 1959

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1959.

Relator — Sr. Ary Vianna.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1959, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1959. — Mourão Vieira, Presidente. — Ary Vianna, Relator. — Menezes Pimentel.

ANEXO AO PROJETO N.º 654, DE 1959

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1959.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
NÚMERO-1959

Aprova os acordos sobre Cooperação Técnica e Programas de Serviços Técnicos Especiais concluídos entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Art. 1.º São aprovados o Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Acordo sobre Programas de Serviços Técnicos Especiais, concluídos entre o Brasil e os Estados Unidos da América, e assinados no Rio de Janeiro, a 19 de dezembro de 1950 e 30 de maio de 1953, respectivamente.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n. 655, de 1959

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1959, que reintegra no serviço público da União, todos os servidores federais que, no período de 24 de janeiro de 1946 a 9 de abril de 1956, foram demitidos ou desligados de seus cargos e funções pelo fato de terem sido aposentados por instituições de previdência social, e outras providências.

Relator — Senhor Argemiro Figueiredo.

O Projeto de Lei n.º 27, de 1959, da autoria do nobre Senador Lino

de Matos — "Reintegra no Serviço Público da União, todos os servidores federais que, no período de 24 de janeiro de 1946 a 9 de abril de 1956, foram demitidos ou desligados dos seus cargos e funções pelo fato de terem sido aposentados por instituições de previdência social".

Como se vê, trata-se de uma Proposição relevante, não só no seu aspecto jurídico constitucional mas também no ângulo da Administração Pública. Antes de emitirmos o nosso parecer, requeremos que seja ouvido o DASP sobre a repercussão do Projeto nos quadros do funcionalismo público, esclarecendo-se, simultaneamente, as razões legais que autorizaram, ao tempo, as demissões e desligamentos dos funcionários a que se refere o Projeto de Lei n.º 27, de 1959.

Não nos animamos a conceder uma reintegração em massa de funcionários, sem os esclarecimentos que ora solicitamos.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 1959. — Daniel Krieger, Presidente em exercício. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Jefferson de Aguiar. — Milton Campos. — João Villasboas. — Ruy Carneiro. — Lima Guimarães. — Atílio Vivacqua.

Parecer n. 656, de 1959

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 28, de 1957 que modifica o Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941, que dá nova redação ao Código Nacional do Trânsito.

Relator: Sr. Taciano de Mello.

De iniciativa do nobre Senador Lino de Mattos, o presente projeto modifica o Código Nacional do Trânsito (Decreto-lei n.º 3.651 de 25 de setembro de 1941), determinando várias providências, no sentido de melhor disciplinar o uso de motocicletas, motonetas e demais veículos congêneres, tendo em vista a segurança e a tranquilidade das populações.

Assim, o art. 1.º proíbe no perímetro urbano, no período compreendido entre as 22 e seis horas, o trânsito de motocicletas que não disponha de dispositivo silenciador das explosões do motor.

O art. 2.º dispõe que não poderá ser licenciado o veículo sem o cumprimento da exigência do art. 52, f, do Código Nacional do Trânsito isto é, a colocação do aparelho denominado silencioso

Finalmente, institui o projeto (artigo 3º) a multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) aos infratores daquelas disposições e apreensão do veículo na reincidência.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, antes de se manifestar sobre o projeto, solicitou audiência do Conselho Nacional do Trânsito sobre as inovações que o mesmo apresenta tendo aquele órgão se pronunciado contrariamente a elas, por inconvenientes e inoportunos.

Demais, conforme bem acentuou a Ilustrada Comissão de Constituição e Justiça, não obedeceria à melhor técnica legislativa o adotar-se modificação parcial do Código Nacional de Trânsito, "que só pode funcionar como um todo".

Embora louvando, pelas suas altas finalidades, o projeto sob o nosso exame, concluímos contrariamente à sua aprovação, em face dos argumentos apontados e que acalhemos.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 1959. — Francisco Gulloni, Presidente. — Taciano de Mello, Relator. — Coimbra Bueno. — Ary Vianna.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno, primeiro orador inscrito.

O SR. SENADOR COIMBRA BUENO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido.

É lido, apoiado e vai à Comissão de Constituição e Justiça, o seguinte:

Projeto de Lei do Senado n. 34, de 1959

Dá nova denominação ao Aeroporto de Goiabeiras, no Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Passa a denominar-se "Eurico Salles" o Aeroporto de Goiabeiras, ou Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O objetivo do projeto é homenagear a memória de um ilustre espiritosantense, cujos assinalados serviços prestados ao seu Estado natal e ao país são notoriamente conhecidos e dignos desta homenagem.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1959. — Senador Ary Vianna. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Gilberto Marinho e Lino de Mattos enviaram à Mesa requerimentos de informações, que vão ser lidos.

São lidos e deferidos os seguintes:

Requerimento n. 399, de 1959

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura.

Senhor Presidente:

Venho requerer a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, as seguintes informações:

1) Quais os motivos do reiterado atraso no pagamento dos salários do

pessoal do Serviço de Radiodifusão Educativa desse Ministério.

2) Quais as providências tomadas para fazer cessar essa situação anômala.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1959. — Gilberto Marinho.

Requerimento n. 400, de 1959

Solicita informações ao Senhor Ministro da Agricultura, a respeito das dotações, constantes de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Requeiro a d.ª Mesa, sejam solicitadas, ao Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, as seguintes informações:

1.º Quais as dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo, que foram efetivamente pagas?

Art. 1.º Quais as dotações que autorizadas pelo Presidente da República, não foram ainda pagas?

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1959. — Lino de Mattos.

Requerimento n. 401, de 1959

Solicita informações ao Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a respeito das dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Requeiro à d.ª Mesa, sejam solicitadas, ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores, as seguintes informações:

1.º Quais as dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo, que foram efetivamente pagas?

2.º Quais as dotações que autorizadas pelo Presidente da República, não foram ainda pagas?

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1959. — Lino de Mattos.

Requerimento n. 402, de 1959

Solicita informações ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, a respeito das dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Requeiro à d.ª Mesa, sejam solicitadas, ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, as seguintes informações:

1.º Quais as dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo, que foram efetivamente pagas?

2.º Quais as dotações que autorizadas pelo Presidente da República, não foram ainda pagas?

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1959. — Lino de Mattos.

Requerimento n. 403, de 1959

Solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde, a respeito das dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo. (Do Sr. Lino de Mattos)

Senhor Presidente:

Requeiro à d.ª Mesa, sejam solicitadas, ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, as seguintes informações

1º Quais as dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo, que foram efetivamente pagas?

2º Quais as dotações que autorizadas pelo Presidente da República, não foram ainda pagas?

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1959. — Lino de Mattos.

Requerimento n. 404, de 1959

Solicita informações ao Senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a respeito das dotações constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções ou obras em cidades do Estado de São Paulo.

(Do Sr. Lino de Mattos)

Senhor Presidente:

Requeiro à d. Mesa, sejam solicitadas, ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1º Quais as dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, destinadas, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo, que foram efetivamente pagas?

2º Quais as dotações que autorizadas pelo Presidente da República, não foram ainda pagas?

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1959. — Lino de Mattos.

Requerimento n. 405, de 1959

Solicita informações ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, a respeito das dotações, constantes, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo.

(Do Sr. Lino de Mattos)

Senhor Presidente:

Requeiro à d. Mesa, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

1º Quais as dotações, constantes dos orçamentos de 1958 e 1959, sob qualquer rubrica, a auxílios, subvenções, serviços ou obras em cidades do Estado de São Paulo, que foram efetivamente pagas?

2º Quais as dotações que autorizadas pelo Presidente da República, não foram ainda pagas?

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1959. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1959, originário do Senado, que concede anistia a trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada (em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 333, de 1959, do Sr. Jefferson de Aguiar e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 22 do corrente), tendo pareceres favoráveis, sob ns. 630 e 631, da Comissão de Legislação Social e de Segurança Nacional e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre a emenda de Plenário.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa pareceres sobre a emenda de Plenário, que vão ser lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes:

Pareceres ns. 657, 658 e 659, de 1959

N.º 657, de 1959

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a emenda n.º 1, de plenário, oferecida ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1959, que concede anistia a trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1959 é da autoria da Comissão de Constituição e Justiça, por iniciativa do nobre Senador Jefferson de Aguiar. Ele concede anistia ampla aos trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada que tenham sido acusados ou condenados, por motivo decorrente de participação em movimento grevista ou de dissídio regulado pela legislação do trabalho.

A proposição recebeu apoio de todas as Comissões técnicas. Em plenário, porém, foi oferecida a emenda n.º 1, que vem justificada pelo seu ilustre autor, o Senador Jefferson de Aguiar. A emenda é uma complementação justa do Projeto de anistia.

Assegura aos trabalhadores anistiados o direito de participação — nos Institutos ou de Caixa de Aposentadoria e Pensões, para os quais poderão contribuir, sem quaisquer restrições ou condições.

A medida de amparo vai atingir aos grevistas que foram dispensados, antes de vigorar a legislação de previdência social. Trata-se, portanto, de uma complementação de plena justiça ao Projeto de anistia.

Não há na emenda, nenhum dispositivo que venha ferir os princípios fundamentais do regime ou texto da Constituição da República.

Isso posto, opinamos pela aprovação da emenda que, além de constitucional, atende a elevados objetivos de ordem econômica e paz social.

Sala das Comissões, em outubro de 1959. — Daniel Krieger, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Jefferson de Aguiar. — Atílio Viçacua. — Menezes Pimentel. — João Villasbôas. — Milton Campos.

N.º 658, de 1959

Da Comissão de Legislação Social, sobre a emenda n.º 1, de Plenário, oferecida ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1959.

Relator: Sr. Menezes Pimentel.

Pela emenda n.º 1, apresentada, em plenário, pelo ilustre Senador Jefferson de Aguiar, os trabalhadores ou servidores anistiados poderão contribuir para os Institutos ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, restabelecendo-se a situação anterior, sem quaisquer restrições ou condições.

As contribuições vencidas serão pagas, por saldo, na base de 1/10 do quantum apurado pela instituição de previdência social, em duodécimos, a partir da notificação recebida pelo interessado.

O prazo deferido aos trabalhadores para uso deste direito é de 6 meses, extensivo, igualmente, aos sucessores do anistiado.

Diz a justificativa da emenda que inúmeros grevistas foram dispensados quando estavam prestes a conquistar os direitos outorgados pela legislação de previdência social, sendo que alguns, em virtude de idade ou de saúde, não ingressaram noutras empresas.

A emenda repara, assim, tais injustiças, permitindo o ingresso dos ex-associados nas instituições de previdência, motivo por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, de novembro de 1959. — Francisco Gallotti — Presidente. — Menezes Pimentel — Relator. — Jefferson de Aguiar. — Caiado de Castro. — Lino de Mattos.

N.º 659, de 1959

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre a emenda n.º 1, de plenário, oferecida ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1959.

Relator: Sr. Fernando Corrêa.

Ao projeto que concede anistia foi apresentada emenda de autoria do eminente Senador Jefferson de Aguiar, mandando acrescentar um artigo assim redigido:

“Art. 1. Os trabalhadores ou servidores anistiados poderão contribuir para os Institutos ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, restabelecendo-se a situação anterior, sem quaisquer restrições, ou condições, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da publicação deste decreto-legislativo, na forma da legislação em vigor.

§ 1º As contribuições vencidas serão pagas, por saldo, na base de 1/10 do quantum apurado pela instituição de previdência social, em duodécimos, a partir da notificação recebida pelo interessado.

§ 2º Aos sucessores do anistiado é outorgada a faculdade prevista neste artigo.

Trata-se, pelo exposto, de estabelecer providências consequentes ao ato da anistia e que completam, com seus efeitos, o perdão concedido, tornando-o realmente efetivo e de alcance prático.

Nada há que objetar à aprovação da Emenda n.º 1. Seu mérito será examinado com a necessária profundidade, pela Ilustrada Comissão de Legislação Social, a cuja competência a matéria, nos termos regimentais, é pertinente.

Sala das Comissões, de novembro de 1959. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Fernando Corrêa, Relator. — Taciano de Mello. — Francisco Gallotti. — Caiado de Castro. — Zacarias de Assumpção.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Fstá encerrada. Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 18, DE 1959

Concede anistia.

Da Comissão de Constituição e Justiça, apresentado pelo Senador Jefferson de Aguiar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida anistia aos trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada, que, por motivo decorrente de participação em movimento grevista ou de dissídio regulado pela legislação do trabalho, tenham sido acusados ou condenados por crime previsto nos decretos 431, de 18 de maio de 1938, 4.768, de 1 de outubro de 1942, 9.070, de 15 de março de 1946, na lei n.º 1.802, de 5 de janeiro de 1953, ou no Código Penal.

§ 1º O Juiz e o Ministério Público, de ofício, promoverão o arquivamento dos processos criminais em curso.

§ 2º Na hipótese de recurso pendente de julgamento na instância superior, o Relator determinará a devolução dos autos ao Juízo competente para o arquivamento do processo.

§ 3º O Juiz das Execuções Criminais, de ofício, determinará o can-

celamento dos registros e assentamentos de condenação anterior à publicação deste decreto-legislativo.

Art. 2º Este decreto-legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

— Em votação a emenda.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA N.º 1

Acrescente-se os seguintes artigos:

Art. ... Os trabalhadores ou servidores anistiados poderão contribuir para os Institutos ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, restabelecendo-se a situação anterior, sem quaisquer restrições, ou condições, no prazo de 6 (seis) meses a partir da publicação deste decreto-legislativo, na forma da legislação em vigor.

§ 1º As contribuições vencidas serão pagas, por saldo, na base de 1/10 do quantum apurado pela instituição de previdência social, em duodécimos, a partir da notificação recebida pelo interessado.

§ 2º Aos sucessores do anistiado é outorgada a faculdade prevista neste artigo.

O SR. PRESIDENTE:

— A matéria vai à Comissão de Redação.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 202, de 1958, (n.º 3.109 de 1957, na Câmara dos Deputados), que abre o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00, destinado a atender aos prejuízos causados pelas enchentes no Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, tendo, Pareceres (ns.: 323, 384, 595 e 596, de 1959):

I — Sobre o Projeto

— da Comissão de Finanças, favorável, nos termos do substitutivo que oferece e

— da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao substitutivo oferecido pela Comissão de Finanças.

II — Sobre a emenda de Plenário

— da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, e

— da Comissão de Finanças, contrário, com voto em separado do Senador Francisco Gallotti.

O SR. PRESIDENTE:

A este projeto foram oferecidas duas emendas:

— a de n.º 1 é substitutivo integral, de autoria da Comissão de Finanças;

— a de n.º 2, de Plenário, constitui subemenda ao substitutivo.

O substitutivo tem regimentalmente, procedência sobre o projeto e a subemenda sobre o substitutivo.

— A ordem de votação será, pois, a seguinte:

1 — Votação da emenda n.º 2 (com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e contrário da de Finanças);

2 — Votação do substitutivo, se aprovado, o projeto ficará prejudicado;

3 — A matéria irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 2.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA N.º 2

Suprima-se o trecho constante das palavras: “que fará, por sua vez, entrega das respectivas cotas aos municípios contemplados”.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o substitutivo.

Os Srs. Senadores que aprovaram o substitutivo permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado. Fica prejudicado o projeto.

É o seguinte o substitutivo aprovado.

SUBSTITUTIVO Nº 1 (CF)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender aos prejuízos causados pelas enchentes no Vale do Itajaí, principalmente, no Estado de Santa Catarina e assim distribuído:

Municípios	Cr\$
Juaçaba	10.000.000,00
Gaspar	2.500.000,00
Taló	2.500.000,00
Ibirama	2.500.000,00
Itajaí	700.000,00
Indaial	2.500.000,00
Rio do Sul	7.000.000,00
Rodeio	4.000.000,00
Tijucas	2.300.000,00
Pôrto Belo	1.000.000,00
Pôrto União	3.000.000,00
Brusque	3.000.000,00
Camboriú	2.000.000,00
Blumenau	3.000.000,00
Governo do Estado	4.000.000,00
Total	50.000.000,00

Art. 2º A importância correspondente ao crédito extraordinário, aberto pela presente lei, será entregue ao Governo do Estado de Santa Catarina que fará por sua vez entrega das respectivas cotas aos municípios contemplados, devendo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua aplicação prestar contas à União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 202, de 1958

É o seguinte o projeto prejudicado:

(Nº 3.100, de 1957, na Câmara dos Deputados).

Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 destinado a atender aos prejuízos causados pelas enchentes no Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender aos prejuízos causados pelas enchentes no Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A importância correspondente ao crédito extraordinário, aberto pela presente lei, será entregue ao Governo do Estado de Santa Catarina à União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria vai à Comissão de Redação.

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1959, que altera dispositivos constitucionais referentes à localização da Capital Federal a fim de possibilitar a sua transferência para Brasília, tendo pareceres da Comissão Especial 1 — Sobre o projeto (nº 233, de 1959), favorável salvo quanto aos artigos 11, § 5º do artigo 26, artigo 63 e artigo 8º (com voto em separado do Sr. Altívio Vivacqua); 11 — Sobre o substitutivo de Plenário número 507, de 1959, favorável, em parte (com voto em separado do Sr. Senador Altívio Vivacqua).

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à chamada.

Os Srs. Senadores que aprovaram o substitutivo, responderão "sim", os que rejeitarem, "não".

(Procede-se à chamada)

Respondem à chamada e votam "SIM" os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Lobão da Silveira — Leônidas Mello — Mathias Olympio

Vitorino Corrêa — Menezes Pimentel — Ovidio Teixeira — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Miguel Couto — Lima Guimarães — Coimbra Bueno — Filinto Müller — Alb. Guimarães — Francisco Gallotti — Guido Mondim.

Responderam à chamada e votaram "NAO" os Srs. Senadores:

Fernandes Távora — Sérgio Maranhão — Ruy Palmeira — Olívio Mangabeira — Gilberto Marinho — Fernando Corrêa — Daniel Krieger — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

Votaram a favor 16 Srs. Senadores e contra, 8. Não há número, fica adiada a votação. A matéria voltará à Ordem do Dia na próxima sessão.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 1953 (nº 3.644, de 1957, na Câmara dos Deputados), que concede o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 à Associação Evangélica de Catequistas dos Índios, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, tendo pareceres favoráveis, sob nºs 597 e 598, de 1950, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa emenda, que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida e apoiada a seguinte

EMENDA Nº 1

Item 4

Acrescente-se:

..... e dois milhões de cruzeiros para a Escola Industrial Salesiana de Belém do Pará.

Justificação

Os padres Salesianos iniciaram este ano, na cidade de Belém, com os pequenos recursos de que dispõe e ajuda de particulares a construção de uma Escola Industrial Salesiana, objetivando o ensino de artes e ofícios aos meninos pobres da capital paraense.

O mérito da obra é indiscutível e deve merecer o nosso apoio e amparo na consecução de tão alto objetivo.

Dai a apresentação da emenda que espero seja acolhida e aprovada.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 1959. — Lobão da Silveira.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto com emenda. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão. O projeto volta às Comissões competentes, com a emenda.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1959 (nº 4.802, de 1959, na Câmara dos Deputados), que amplia a aplicação do crédito de Cr\$ 582.424.000,00, aberto pela Lei nº 3.420, de 15 de julho de 1958, e destinado ao pagamento de repouso, aposentagens e salários-família de marítimos que servem no Litoral Brasileiro, tendo pareceres favoráveis, sob nº 602, de 1959 da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Fica adiada a votação por falta de quorum regimental.

Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Tem a palavra o nobre Senador Lobão da Silveira, primeiro orador inscrito para esta oportunidade.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores: o nobre Senador Mem de Sá a quem rendo as minhas homenagens pela sua cultura e elevado espírito público, uma de nossas últimas sessões teve comentários a propósito do que a seu ver, constitui acodamento na execução dos serviços da rodovia Belém-Brasília, ou seja de um trecho da B.R.-14. O Sr. Mem de Sá — Muito obrigado a V. Exª pelas bondosas referências.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA — Não procedem, no entanto, as críticas do ilustre colega que tão bem representa o valeroso Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa do Congresso Nacional.

A B.R.-14 é uma estrada nacional que pretende unir o norte ao sul do país num objetivo elevado e patriótico, sob qualquer ângulo que se encare essa feliz iniciativa. A idéia de sua realização nasceu, muito antes da execução, da mudança da nova capital para Brasília. Com o aceleramento das obras de Brasília pelo notável Presidente Juscelino Kubitschek no cumprimento de mandamento constitucional que ha muito tempo permanecia como letra morta nas diversas Constituições do país, mais se acentuou a importância e a necessidade da execução dessa importante rodovia da unidade nacional.

Ao mesmo tempo, porém que se apressa a finalização do trecho Belém-Brasília, outras obras de ligação rodoviária em direção à nova capital se processam. Recentemente o Senado aprovou projeto-lei que abriu crédito de bilhões de cruzeiros para execução de rodovias ligando as regiões do nordeste, centro e sul do país à nova capital. Não era possível que a centralização de Brasília viesse insular a nova capital do resto do país, quando o seu objetivo maior era torná-la equidistante de todos os pontos do território nacional.

Já não era sem tempo que se cuidasse de fazer a ocupação dos espaços vazios do norte e centro do país completando aquela obra gigantesca que os bandeirantes realizaram.

E assim a tão decantada marcha para o Oeste encontrou no dinâmico Presidente Juscelino Kubitschek o pioneiro que, com desassombro e audácia esta realizando uma das obras de grande envergadura e tão necessária ao progresso do país. Essa obra inegavelmente pioneira veio ressaltar de maneira admirável a grande capacidade de realização da gente brasileira.

Mobilizados mais de cinco mil homens para construção do trecho Belém-Brasília, em região de floresta, não se constatou o aparecimento de nenhuma doença epidêmica ou de outra, nenhuma perturbação da ordem e apenas dois modestos envenenamentos faleceram vítimas de lamentáveis acidentes. Ressaltamos este aspecto do problema pela circunstância de sabermos que a construção da Madeira-Mamoré, também em plena selva amazônica custou ao nosso país milhares de vidas preciosas, tanto assim que se afirma que, cada dormente daquela estrada representa uma vida perdida.

Diante do êxito da execução da Belém-Brasília é possível afirmar-se o sucesso de qualquer outro empreendimento dessa natureza em outras regiões da Amazônia brasileira. Cabe ao governo do Presidente Juscelino trabalhar e provar.

Com a mudança da nova capital, por lei do Congresso Nacional, para 01 de abril de 1960, o governo federal transfere ao trecho Belém-Brasília a execução do tráfego público nessa mesma data. Ao incansável Dr. Waldir Bouhid, Superintendente da

Valorização Econômica da Amazônia, entregou o Presidente Juscelino a atribuição dessa importante tarefa. Contando com a boa vontade dos engenheiros e auxiliares da Rodovia é possível entregar a rodovia pronta para o tráfego a 31 de janeiro do ano próximo. Lógico e claro que, assim logo após se cuide da grande tarefa de pavimentação nos trechos em que é possível realizá-la! Esse esforço em realizá-la no mínimo espaço de tempo pouca dinheiro e revela que aqueles a quem a execução da obra foi confiada souberam corresponder à expectativa do Governo. Justo, pois, que ao invés de comentários e críticas desfavoráveis recebam aplausos e louvores.

A execução da BR 14 é um empreendimento de que se deveria ter cogitado há muito mais tempo. Representa ela fator de progresso e um pulmão para as regiões norte e centro do país. Qualquer rodovia leva na sua esteira o progresso e a civilização. Não é possível levar a assistência educacional e sanitária a populações em zona ainda de pequena densidade demográfica, para protegê-la e desenvolvê-la sem a existência dos grandes caminhos que são as estradas.

No caso do Brasil sabemos que ainda constituímos um arquipélago, de compartimentos estanques, onde quase sempre, via de regra, a produção permanece estrangulada. É o caso de regiões produtivas do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Goiás, de Mato Grosso, do Pará, do Maranhão e de vários outros Estados do Brasil. Os centros de produção, de um modo geral, não se encontram entrosados com os centros de consumo. Daí em grande parte, a desorganização e a falta de sucesso do governo em resolver grande parte dos problemas que assilam as populações urbanas no tocante ao problema da alimentação.

Todas as estradas deveriam merecer prioridade, deveriam ser problema fundamental, deveriam ser executadas com urgência, deveriam merecer apoio decidido do governo e principalmente de um governo como o do Presidente Juscelino, que tem o transporte como uma das grandes metas de suas realizações administrativas. Mas, a urgência da Belém-Brasília é impetuosa necessidade da ocupação efetiva da Amazônia, se constituindo na integração daquela imensa região a todo o resto do país. Essa rodovia representa, hoje, aquilo que se denominou o "trampolim da conquista da Amazônia". O vibrante jornalista Huascar de Figueredo afirmou com acertada razão que: "enquanto estivermos figurando na carta das necessidades brasileiras pelo símbolo do deserto maravilhoso, acolhido de Inferno verde, de paraíso perdido, o problema político do Brasil não estará resolvido — o de sua autonomia, de suas prerrogativas de soberania, de progresso e de segurança. Seremos escravos da ditadura do deserto".

E nós brasileiros precisamos alertar-nos para as afirmativas de Roberto Brittan que em "A Luta Contra a Fome", referindo-se ao caso do Instituto da Hileia, programado pela Unesco, afirma que "não podem ser consideradas, em face dos interesses da humanidade, as convenções de natureza política sobre fronteira e soberania nacionais".

Comentando essas idéias, Maurício Vaitmam em uma série de repartagens sobre Brasília e Amazônia ressaltava que "esses pensamentos revelam indelutavelmente a cobra que roí a Amazônia e responde esmagadoramente aos que condenam essa rodovia que ligará o Norte e o Sul propiciando o aparecimento de novos e laboriosos núcleos de colonização, incrementando o desenvolvimento econômico nacional, contribuindo para o fortalecimento da unidade brasileira e constituindo um baluarte contra as especulações externas inspiradas na

existência dos nossos vãos demográficos".

É preciso ainda porém convir e ressaltar que a rodovia Belém-Brasília não atravessa somente um espaço vazio e de cobertura florestal exclusivamente. Essa estrada liga, une e concorre para a expansão das seguintes cidades e povoados: Belém, Ananindeua, João Coelho, Castanhal, Igarapé-Açu, Guamã, além de toda a região bragantina e do Salgado, a de maior densidade demográfica, no Estado do Pará; Imperatriz, Porto Franco e Carolina, no Estado do Maranhão; Tocantinópolis, Babaçulândia, Filadélfia, Tupyranã, Pedro Afonso, Miracama, Tocantinha, Gurupi, Alvorada, Porangatú, Entrancamento, Vargem do Coelho, Amaral Leite, Campinorte, Uruaçu, Nova Glória, Ceres, Rialma, Rianópolis, Jaraguá, Anápolis e Brasília, todas estas no Estado de Goiás.

Por isto mesmo podemos bem avaliar o que representa essa rodovia no desenvolvimento econômico e social da grande região a que vai servir. Num demonstração rápida dos seus primeiros resultados, muito antes ainda de inaugurada citamos um exemplo do município do Gurupi, que há apenas três anos era um obscuro povoado e hoje já conta com mais de nove mil habitantes, com uma produção anual de arroz de cento e vinte mil sacos, segundo noticiário de "O Globo" desta capital, em sua edição de 22 do corrente e obtida de seu enviado especial à região.

Com a execução da Belém-Brasília que, por sua vez, está ligada com a B.R. 22, vamos concorrer para a vinda dos emigrantes nordestinos nos tempos impiedosos da seca a fim de localizá-los nos vales úmidos dos grandes rios da região amazônica pois o braço nordestino tem sido inegavelmente um dos grandes fatores do desenvolvimento daquela região. O ilustre Senador Alvaro Adolfo, que ilustrou esta Casa como representante do Pará e filho do Ceará, preconizou essa medida através de julgamentos estudos elaborados quando de sua passagem pelo Senado Federal.

Iríamos ainda muito longe na citação de razões outras de natureza secundária, mas todas elas reforçando aquela necessidade urgente e imediata do término da importante rodovia da unidade nacional.

Não desconhecemos a necessidade que temos de navios para a nossa navegação fluvial e de cabotagem. Acontece porém que o Governo do Presidente Juscelino não está indiferente a essas necessidades e tanto no exterior como em nosso país está providenciando a construção de embarcações para atender à falta de transporte. No entanto podemos afirmar que o Serviço de Navegação da Amazônia já recebeu modesta mas valiosa contribuição de navios que hoje sulcam os rios da Amazônia na sua missão de transportar passageiros e cargas nos grandes e altos rios daquela região.

Essas as explicações que me sentia no dever de expor ao terno e digno comitê do Senado, em nome do discrição e do bom senso, do ilustre Senador Membro de Sã. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Miguel Couto, segundo orador inscrito.

O SR. MIGUEL COUTO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, nobres Colegas, permitam-me que eu traga ao conhecimento do Senado, e, portanto, da Nação, um acontecimento do meu Estado, que reputo da maior importância. Está de parabéns o povo fluminense — o Governador Roberto Silveira acaba de formular mensagem ao Poder Legislativo, que encerra uma das medidas mais justas e sábias que poderia ter um governante, em prol da infância e da família brasileira, abrindo com o seu exem-

plo perspectivas de um porvir mais sadio e feliz para a nacionalidade.

Reestruturando os servidores do Estado e fornecendo-lhes um abono de dois mil cruzeiros, S. Ex.^a teve a inspiração divina de ainda conferir a todos os pais uma ajuda especial de um mil cruzeiros para cada filho, a um só tempo amparando as crianças pela nutrição e educação convenientes, e levando a todos os lares um pouco mais de segurança e a alegria de viver. Esta bela iniciativa do governo fluminense o torna credor da admiração, do respeito e reconhecimento de todos os seus concidadãos.

O vulto do novo salário-família estimado em cêca de duzentos milhões de cruzeiros por ano, bem demonstra o alcance social desta medida, refletindo sobremaneira nos lares fluminenses.

Nesta grave conjuntura em que se encontra o povo, sofrendo privações de toda ordem, surge um ato sensato, corajoso e patriótico destinado àquilo que julgamos ser o dever primordial dos governantes — a defesa da família, a higidez da sua juventude, a saúde da pátria. Salienta o chefe do Executivo em sua mensagem que, apesar do vultoso aumento de despesa, calculado em um bilhão e trezentos mil cruzeiros para o funcionalismo e sua previdência social o Estado do Rio está em condições financeiras de prosseguir no vasto plano de obras públicas elaborado pelo governo.

Conforta-me, como ex-governante da Velha Província, ver confirmado o que tantas vezes pude, de público, assegurar durante minha campanha eleitoral para o Senado da República: "Deixo o Estado com um acervo de providências e um crédito financeiro tão alto que lhe assegura uma situação ímpar na Federação, mesmo comparando-a ao Estado líder — São Paulo, que recebeu do Sr. Presidente da República vultosos auxílios e favores financeiros, enquanto nada oferecia aos fluminenses".

O Sr. Victorino Freire — Dá licença para um aparte?

O SR. MIGUEL COUTO — Com muita satisfação.

O Sr. Victorino Freire — Poderia o nobre colega informar-me qual a proporção do aumento do salário-família?

O SR. MIGUEL COUTO — Tratarei do assunto adiante. O aumento foi de 900%.

O Sr. Victorino Freire — Muito obrigado. Não tem o Estado do Rio déficit orçamentário?

O SR. MIGUEL COUTO — O Orçamento está equilibrado.

O Sr. Victorino Freire — Equilíbrio absoluto?

O SR. MIGUEL COUTO — Sim.

(Lendo) O governo que me substituiu paralisou o Estado durante sete meses, imobilizando toda a administração, suspendendo todas as obras a terminar. Somente planos de política em prol de nossos competidores, interessava. Ato eram anulados, para em seguida serem renovados com outros nomes; gastos em demasia nas verbas palacianas e uma propaganda egolatra, impressionante.

Foi, então, tentado, com falsos informes oficiais, fazer crer ser difícil a situação financeira em que deixáramos o Estado, quando, em verdade, a posição era de quase equilíbrio econômico-financeiro. Aconselhava, àquela época de inflação progressiva, assustadora, que se avançasse o quanto possível as realizações estaduais, e dentro deste critério, apressemos obras e providências de grande vulto. Mas, todas elas, enfrentadas sem empréstimos e ajuda da Governo Central.

Deixamos quase em dia todos os compromissos, com recursos assegurados para os meses subsequentes. A arrecadação ccescente, já oferecia no último mês do meu governo soma superior a esumativa oramentária.

As novas fábricas insaladas e todas as atividades no Estado, receberam estímulo governamental, que não lhes aumentou impostos, libertando-lhes, pelo contrário, com isenções de taxas a exportação do café e tecidos para o exterior, assim promovendo mais trabalho e progresso nos portos de Angra dos Reis e Niterói, que passaram a dar lucros satisfatórios.

Retomou, felizmente, o operoso Governador Roberto Silveira, com mão forte, as rédeas da administração estadual, implantando severas medidas em prol de uma melhor arrecadação, mantendo sempre o salutar propósito do equilíbrio orçamentário. Apesar de conferir ao funcionalismo público e sua obra assistencial, um aumento de cerca de um bilhão e trezentos mil cruzeiros, e ainda não se descuidando de beneficiar o resto da Comunidade, Fluminense através de um notável programa de obras públicas, julga o governo poder enfrentar com êxito todas essas encargos.

Senhor Presidente, congratulando-me com o povo fluminense pelo gesto de grande benemerência social do Governador Roberto Silveira, espero que este belo exemplo frutifique no Brasil.

O Presidente Juscelino Kubitschek, olhando para o realismo da vida brasileira, que se apiede das agruras por que passam as famílias pobres, desprovidas de quase todos os favores da previdência social.

Os recursos dos institutos de previdência e o vultoso débito que o governo deve de suas contribuições, ficariam mais bem empregados, se oferecidos às crianças pobres, mitigando-lhes a fome, causa do impressionante índice de mortalidade infantil, e preservando-lhes a saúde, do que investidos nas obras suntuosas de Brasília.

Senhor Presidente — A magnitude da previdência social que o governo do Estado do Rio acaba de apresentar, toma fôros de um acontecimento transcendental, exemplo edificante, a demonstrar como resolver o problema das famílias numerosas.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. MIGUEL COUTO — Com muito prazer.

O Sr. Victorino Freire — Agravará o sofrimento do povo e acaretará elevação desordenada de impostos o aumento do salário família em proporção superior à concedida pela União Federal. Agravará a situação e afligirá ainda mais o povo — volto a acentuar — porque provocará aumento de impostos. Fazendo justiça a V. Exa., devo dizer que deixou o Estado do Rio de Janeiro em ordem financeira e econômica equilibrada, não sendo verdadeiro aquele boletim que dizia: — "Herança do Partido Social Democrático ao Governador Roberto Silveira: três bilhões de cruzeiros de déficit".

O SR. MIGUEL COUTO — Agradeço o aparte do nobre Senador Victorino Freire, mas devo recordar o interregno do meu Governo para o do Sr. Roberto Silveira, esteve à frente do Estado do Rio de Janeiro, durante este meses, o Sr. Togo de Barros, O que não pode faltar aos pais são os meios para educarem e alimentarem as crianças.

O Sr. Victorino Freire — Estou de pleno acordo com V. Exa., desde que não se aflija mais o povo. Como o nobre colega pretende que o exemplo frutifique nos outros Estados, enuncia ameaça ao Maranhão, já deficitário.

O SR. MIGUEL COUTO — Felizmente, a situação econômica e financeira do Estado do Rio de Janeiro melhora em progressão realmente admirável.

O Sr. Victorino Freire — Veremos depois...

O SR. MIGUEL COUTO — (Lendo) Para mim, como médico, como cristão, como político — transcende de importância, e isto porque o salário família, criado pelo inolvidável Presidente Vargas, sempre preocupou meu governo que, de acordo com a disponibilidade da época, o aumentou em 100%. Agora, felizmente, pode o Governador Roberto Silveira ampliar esse auxílio em 900%, o que todos entusiasta.

O Sr. Victorino Freire — Virgem Nossa Senhora!

O SR. MIGUEL COUTO — E a verba mais bem empregada do País

O Sr. Victorino Freire — Deus não acuda!

O SR. MIGUEL COUTO — Senhor Presidente, era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos (Pausa).

levantar a sessão.

Nada mais havendo que tratar, vou Designo para a próxima, na terça-feira 3 de novembro, a seguinte.

ORDEM DO DIA

Sessão de 3 de novembro de 1959

1 — Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 67 de 1959 (n.º 350-59, na Câmara), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1960, na parte referente ao Ministério das Relações Exteriores (Anexo n.º 4. Subanexo 4.18), tendo pareceres da Comissão de Finanças: I — Sobre o Projeto (n.º 579, de 1959), favorável ao projeto e à emenda n.º 1, oferecendo as de ns. 1-CF a 12-CF; II — Sobre a emenda de Plenário (n.º 623 de 1959), contrário.

2 — Votação, em primeira discussão do Projeto de Emenda à Constituição n.º 1, de 1959, que altera dispositivos constitucionais referentes à localização da Capital Federal a fim de possibilitar a sua transferência para Brasília, tendo pareceres da Comissão Especial: I — Sobre o projeto (n.º 230, de 1959), favorável, salvo quanto aos arts. 11, § 5.º do art. 26 art. 63 e art. 3.º (com voto em separado do Sr. Atílio Vivacqua); II — Sobre o substitutivo de Plenário n.º 507, de 1959, favorável, em parte (com voto em separado do Sr. Senador Atílio Vivacqua).

3 — Discussão única da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 67, de 1959 (n.º 350, de 1959, na Câmara), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1960, na parte referente ao Estado-Maior das Forças Armadas (Anexo n.º 4. Subanexo n.º 4.03 — relação oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 639, de 1959).

4 — Discussão única da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 67, de 1959 (n.º 350, de 1959, na Câmara), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1960, na parte referente ao Ministério da Guerra (Anexo n.º 4. Subanexo n.º 4.16) — redação oferecida pela Comissão de Finanças, em seu Parecer n.º 640, de 1959.

5 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 67, de 1959 (n.º 350-59), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1960 — Anexo número 4 — Subanexo 4.01 — Pode Executivo — Presidência da República, tendo parecer, sob n.º 626, de 1959 da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e às emendas ns. 1 e 2 oferecendo as de ns. 3 (CF) e 4 (CF). Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às dez horas e vinte e cinco minutos)